

## Reunião do Conselho Geral

Ata n.º 09

[Ano letivo 2019-2020]

----- Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas dezoito horas e trinta minutos, sob a presidência do professor Celso Silva, Presidente do Conselho Geral, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas N.º 2 de Abrantes, no auditório da Escola sede, conforme convocatória número onze, datada de dezasseis de  
5 junho de dois mil e vinte. O Presidente do Conselho Geral referiu que a folha de presenças não seria assinada, para respeitar as normas de higienização e distanciamento social, sendo apenas registado na referida folha e em ata os conselheiros que não estiveram presentes. Verificada a lista de presenças, encontrava-se o Conselho Geral em condições de reunir e deliberar. Faltaram os Conselheiros Ana  
10 Sobreira, João Marques, Luís Lopes, Maria Cecília Varandas e Sofia Mota. Os Conselheiros João Marques, Luís Lopes e Maria Cecília Varandas, apresentaram justificação da sua ausência, através de *e-mail* dirigido ao Presidente do Conselho Geral.-----

----- Antes de se dar início à reunião, aprovou-se a ata número oito, com doze votos a  
15 favor, com a ressalva de ser substituído o termo testes por fichas de avaliação, na primeira linha da segunda página da ata. Não participaram na votação, por não terem estado presentes na última reunião, os Conselheiros: Celeste Simão, Luís Esteves, Nazaré Nunes e Vítor Cardoso.-----

----- A Conselheira Celeste Simão questionou se se mantinham os prazos estabelecidos  
20 para a entrega de manuais escolares, em função das informações recentes sobre a consolidação dos conteúdos no início do próximo ano letivo. O Diretor respondeu que ainda não tinha chegado às escolas informação contrária, pelo que continuavam em vigor aqueles prazos.-----

----- De seguida, o Presidente do Conselho Geral recordou que, no início do próximo  
25 ano letivo, serão abertos os procedimentos para a eleição dos representantes dos

encarregados de educação e dos alunos, uma vez que os atuais representantes cessam o seu mandato de dois anos. -----

----- O Presidente do Conselho Geral colocou à consideração dos Conselheiros a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos, para a discussão da proposta remetida pelo Conselho Pedagógico - Prorrogação dos Atuais Mandatos de Dois Anos.  
30 Os conselheiros decidiram discutir esta proposta no ponto seis da ordem de trabalhos.-

**Ponto um – Aprovação do relatório da conta de gerência** -----

----- A Adjunta do Diretor, Professora Maria Luís, apresentou o relatório da conta de gerência de 2019, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

35 **Ponto dois – Aprovação do mapa de férias do Diretor.** -----

----- Foi apresentado o mapa de férias do Diretor, tendo sido aprovado por todos os conselheiros presentes.-----

**Ponto três – Oferta formativa do Agrupamento.**-----

----- O Diretor informou os conselheiros que a oferta formativa do Agrupamento se irá  
40 manter no próximo ano letivo, inteirando os presentes dos cursos disponíveis no agrupamento e da alteração de denominação a que foi sujeito o Curso de Artes e Espetáculo, que passou a ter a designação de Curso de Interpretação/ator/atriz. Alertou que pode estar em risco a abertura de uma nova turma do curso Profissional de Manutenção Industrial se não forem satisfeitas três condições essenciais: inscrição de  
45 novos alunos, uma terceira empresa parceira e formadores disponíveis. Com a finalidade de assegurar a existência contínua de formadores, e verificando a escassez dos mesmos, o Diretor encetou comunicações com o Conselho Administrativo do IIEFP com o objetivo de partilhar formadores entre as duas instituições. O Diretor referiu estar  
50 confiante no resultado do trabalho desenvolvido com o representante do IIEFP, no sentido de estabelecer um protocolo de parceria que vise assegurar a contratação partilhada de um professor de Soldadura para o curso de Manutenção Industrial e Metalurgia. Informou, também, estar bastante orgulhoso com o referido curso, uma vez que o mesmo foi uma iniciativa conjunta do agrupamento com a Junta de Freguesia de Tramagal e com a colaboração de várias empresas do setor empresarial daquela  
55 localidade.-----

**Ponto quatro – Processo de transferência de competências da administração do estado para a administração local.**-----

---

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS N.º 2 DE ABRANTES

----- O Presidente do Conselho Geral solicitou ao Senhor Diretor, Alcino Hermínio e à Senhora Vereadora, Celeste Simão que informassem os conselheiros sobre o desenvolvimento do processo de transferência de competências. -----

----- O Diretor fez uso da palavra e comunicou aos presentes que este processo, devido à sua complexidade, tem carecido de reuniões regulares entre os diretores dos agrupamentos e a Senhora Vereadora e que a estes se juntam, pontualmente, representantes das várias divisões da Câmara Municipal de Abrantes ligadas às áreas que serão transferidas, bem como o Delegado Regional da Educação, Francisco Neves, quando solicitado. Acrescentou que avalia este trabalho positivamente e que o mesmo se tem desenvolvido de forma salutar, com base no construtivismo onde se pretende tomar decisões, identificar problemas e dúvidas, de forma consciente. Por último, a título de exemplo, especificou algumas áreas que serão da competência do Município: contratação de assistentes operacionais e técnicos, transporte de alunos com necessidades especiais e gestão do refeitório. Por sua vez, o Agrupamento mantém-se responsável pela manutenção do parque informático, contratos de transporte de alunos para as visitas de estudo e pelas despesas com o bufete, papelaria e consumíveis de laboratório, Educação Tecnológica e ginásio.-----

----- Referiu ainda que existem diversas áreas cinzentas que ainda não estão devidamente enquadradas nas competências do Município nem nas competências do agrupamento e que aguardam a publicação de portaria que as clarifique, nomeadamente a responsabilidade do mobiliário, propriedade da Parque Escolar, e com a manutenção das zonas verdes da escola sede, que perfazem vários hectares e que são da autoria do arquiteto paisagístico, Francisco Caldeira Cabral. Atualmente, o agrupamento tem assumido o cuidado com a parte mais visível dos jardins, disponibilizando uma verba anual de cerca de dez mil euros. Todavia, não tem capacidade para dar continuidade a este trabalho e espera que se encontre uma solução para esta problemática, no âmbito das negociações que ocorrem neste processo.-----

----- A Conselheira Celeste Simão informou que, como vereadora da Câmara Municipal de Abrantes, com o pelouro da educação, tem estado presente nas reuniões entre o Agrupamento e o Município de Abrantes e que, apesar da complexidade do processo, acredita que o processo de transferência de competências será um sucesso. Sugeriu aos conselheiros a leitura do Decreto-Lei 50/2018 e o Decreto-Lei 21/2019, para que possam utilizar como base de conhecimento no entendimento deste processo, que terá

início em setembro do presente ano. Acrescentou que este tem sido um trabalho intenso e que tem movido vários chefes de divisão de cada área envolvida, sendo um trabalho multidisciplinar, em que se pretende clarificar objetivamente a divisão das competências. Informou também que o Município de Abrantes pretende candidatar-se a

95 um apoio financeiro, para a recuperação da Escola Octávio Duarte Ferreira, que se apresenta como um exemplo prático da qualidade das negociações neste âmbito. Lembrou que esta escola já conta com o apoio da Junta de Freguesia do Tramagal, nomeadamente na limpeza dos espaços exteriores, e que é este trabalho de cooperação e de partilha de recursos que se pretende com o processo em discussão. -----

100 ----- O Conselheiro Vítor Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia do Tramagal, solicitou a palavra e lembrou que a mesma continua disponível para apoiar a escola, designadamente no contributo com o transporte dos alunos do curso profissional. -----

----- A Conselheira Celeste Simão comunicou que os concursos dos transportes e das refeições escolares já foram lançados e que o pessoal não docente, que será transferido

105 para os quadros da Câmara Municipal de Abrantes, passará a usufruir de medicina no trabalho, que já se encontra em vigor no Município.-----

**Ponto cinco – Relatório de monitorização do Projeto Educativo.**-----

----- O Presidente do Conselho Geral iniciou a discussão deste ponto, valorizando o relatório de monitorização, uma vez que para a sua execução foi necessário obter e

110 cruzar informação proveniente de diferentes fontes.-----

----- A Conselheira Nazaré Nunes sugeriu que o Conselho Geral defina novos métodos de avaliação do Projeto Educativo e que existe a necessidade de se clarificar o que monitorizar e como monitorizar, para que seja mais fácil interpretar os dados finais do Projeto Educativo. Perante isto, o Conselheiro Vítor Cardoso sugeriu a criação de uma

115 comissão para tratar deste assunto.-----

----- O Conselho Geral agradeceu ao Observatório da Qualidade o trabalho desenvolvido. Contudo, pretende criar uma comissão com membros representativos deste conselho que reflita, estude e afira as ações a analisar e a forma mais clara e objetiva de operacionalizar e monitorizar as mesmas. Pretende este conselho que a

120 próxima monitorização espelhe, de forma clara e objetiva, a realidade da concretização do Projeto Educativo.-----

**Ponto seis – Impacte da pandemia COVID-19 na gestão e organização do agrupamento.** -----

----- A pedido do Presidente do Conselho Geral, o Diretor interveio referindo que o  
125 maior impacte sentido durante este período foi o clima de incerteza que afetou todos os  
elementos da comunidade educativa, provocando dificuldades imprevisíveis em várias  
áreas. Referiu que houve grandes mudanças, que se cometeram erros e que as decisões  
foram tomadas com base no princípio da confiança nos professores e que cada um, com  
base no conhecimento dos seus alunos, definiria a melhor forma de trabalhar,  
130 depositando nos conselhos de turma a melhor forma de atuar. Foram definidas algumas  
orientações, mas não foram definidos mínimos. Acrescentou que, em sua análise, o  
trabalho de gestão e organização desenvolvido durante esta fase foi globalmente  
positivo, apesar de não ser um sucesso. Reconheceu como positivo o trabalho dos  
envolvidos, contudo, referiu que os efeitos das desigualdades dos alunos acentuaram-se  
135 com o Ensino a Distância e que, apesar dos inúmeros constrangimentos, as respostas  
dadas pelo agrupamento foram rápidas e tornaram-se mais eficazes devido ao empenho  
dos professores e das famílias. Ainda assim, reconheceu que há muito a melhorar.-----

----- A Conselheira Nazaré Nunes pronunciou-se sobre a sua experiência, dizendo que  
na sua opinião o que foi feito não foi Ensino a Distância, uma vez que o mesmo carece  
140 de planificação, de um desenho específico. Alertou que, se for necessário continuar esta  
prática no próximo ano letivo, é premente montar um esboço concertado com a  
plataforma definida, lembrando que são os humanos que alimentam a plataforma.-----

----- A Conselheira Nicélia Matos referiu que é necessário retirar os aspetos positivos da  
experiência, referindo que a mesma permitiu aos alunos aprofundar conhecimentos ao  
145 nível informático, promovendo a autonomia.-----

----- O Presidente do Conselho Geral sugeriu ao Diretor que houvesse formação ou uma  
sessão de esclarecimento sobre a utilização da plataforma *GSuite*, entretanto adotado  
pelo agrupamento, quer para os professores quer para os alunos, a fim de suprir algumas  
dificuldades sentidas. Esta ação poderá ser efetuada pela Equipa de Apoio Tecnológico  
150 do agrupamento.-----

----- A Conselheira Sandra Gomes lembrou que esta situação foi anómala e, por isso,  
considerou que toda a comunidade educativa estava de parabéns, referindo que o  
trabalho de todos foi incansável, desde os professores que se reinventaram às famílias e  
alunos que estiveram disponíveis para acompanhar as mudanças.

155 ----- A Conselheira Celeste Simão informou que a pandemia trouxe um novo paradigma  
de ensino com o Ensino a Distância e que o bom relacionamento entre a Câmara

---

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS N.º 2 DE ABRANTES

Municipal de Abrantes e o agrupamento, permitiu dar uma rápida resposta às necessidades de equipamento informático que algumas famílias apresentaram, durante o terceiro período letivo. Para isso, o Município adquiriu quatrocentos e cinquenta cinco  
160 computadores e cento e vinte acessos de internet que foram distribuídos pelos alunos e famílias.-----

----- Ainda neste ponto, e conforme decisão dos conselheiros no início da reunião, foi analisada a proposta do Conselho Pedagógico para prorrogação dos atuais mandatos de dois anos para os coordenadores dos diretores de turma, coordenador da equipa de  
165 educação especial, diretores de instalações, coordenadores de conselho de docentes e delegados de áreas disciplinares. -----

----- O Diretor prestou esclarecimentos sobre os motivos que levaram a ser feita a referida proposta, indicando, por exemplo, que não haveria condições para o ato eleitoral devido à dimensão de alguns corpos eleitorais; que, devido ao prolongamento  
170 dos prazos para a realização da avaliação de desempenho dos docentes, os delegados de área disciplinar, são ao mesmo tempo avaliadores internos; a preparação do próximo ano letivo, devido às contingências, vai-se estender pelo mês de setembro, não estando os atuais responsáveis em funções.-----

----- O Presidente do Conselho Geral alertou para o facto dos avaliadores internos não necessitarem, obrigatoriamente, de ser delegados de área disciplinar; os atos eleitorais  
175 poderiam ser realizados num período de tempo maior, recorrendo, por exemplo, a votação numa determinada hora, por ordem alfabética, a fim de não se cruzarem muitas pessoas no mesmo local; referiu ainda que tem havido aulas presenciais para o ensino secundário e que todos os professores têm de desempenhar tarefas presenciais.  
180 Considerou serem estes alguns dos motivos para que se realizassem os referidos atos eleitorais.-----

----- Depois de analisada a proposta do Conselho Pedagógico para a prorrogação dos atuais mandatos de dois anos, a mesma foi aprovada por maioria dos conselheiros presentes.-----

----- Nada mais havendo a registar, deu-se por encerrada a reunião, dela sendo lavrada a presente ata que depois de ser lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pelos seus secretários, Mário Medrôa e Mónica Vieira. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

A Secretária: \_\_\_\_\_

190 O Secretário: \_\_\_\_\_